

Arqueologia & História

Volume nº 56|57 - 2004|2005

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses



Vale do Côa 10 ANOS





Parque Arqueológico do Vale do Côa:

passado, presente e
perspectivas de futuro
na gestão de um bem
arqueológico do património
mundial

João Zilhão

Professor of Palaeolithic
Archaeology
University of Bristol
Department of Archaeology and
Anthropology
43 Woodland Road
Bristol BS8 1UU
United Kingdom
Joao.Zilhao@bristol.ac.uk

1. Introdução

Apresentada ao público e à comunidade científica em Novembro de 1994, a descoberta da arte rupestre paleolítica do vale do Côa data na realidade de 1991, ano em que pela primeira vez foi identificado o painel que viria a ficar conhecido como a Rocha I da Canada do Inferno. Quando a respectiva existência foi finalmente tornada pública estava já em construção, no quadro do plano de aproveitamento hidroeléctrico do rio pela EDP (Electricidade de Portugal), a barragem de Foz Côa. A ter-se concluído a obra, as rochas decoradas estariam hoje submersas a profundidades que na maioria dos casos atingiriam os 100 m. Porém, após uma longa campanha nacional e internacional, o governo saído das eleições de 1 de Outubro de 1995 optou por abandonar a barragem e apoiar o projecto de criação de um Parque Arqueológico que permitisse conservar a arte in situ. Esta decisão pôs termo a um renhido debate político que envolveu o país inteiro e em que se entrecrocaram concepções diferentes, por vezes opostas, de desenvolvimento económico e de preservação do património cultural (Jorge 1995). Sete anos depois, as circunstâncias históricas concretas em que nasceu e se desenvolveu o PAVC (Parque Arqueológico do Vale do Côa) continuam a influenciar de forma muito marcada o seu presente e a condicionar fortemente o seu futuro.

Nota Prévia

Sobre o valor científico e patrimonial da arte do Côa, e as medidas de protecção e gestão tomadas para a valorização do sítio, publiquei oportunamente (isto é, ao longo do período em que na matéria tive responsabilidades de natureza científica ou administrativa) diversos artigos em revistas internacionais da especialidade. Sobre a contro-
vêrsia relativa a essas medidas que ao longo de anos foi alimentada, sobretudo na Internet mas com ecos ocasionais nos media portugueses, por indivíduos e grupos de amadores tão isolados quanto desinformados, dei também teste-
munho, já posteriormente à elaboração do texto que se segue, na revista «Public Archaeology» (vol. 3, 2004, p. 167-183 e 245-224).

Sobre o processo de salvaguarda da arte do vale do Côa, antes e depois de, em 1995, ser tomada a decisão de abandonar a construção da barragem, há uma história para fazer; não pretendendo enjeitar a parte de respon-
sabilidade que me cabe na contribuição que terei de dar para essa história, entendo, porém, que não é ainda chegado o momento. Falta, por exemplo, que venha à luz o testemunho de certos protagonistas cruciais do período 1994-2002, nomeadamente entre os decisores de mais alto nível nas áreas política e empresarial, sem o que não é possível fun-
damentar de forma documentada a reflexão interpretativa sobre esse processo que, pese a distância (ou graças a ela!), não tenho deixado de ir fazendo.

Não querendo, apesar disso, deixar de aceitar o convite para integrar este volume que me dirigiu a Associação dos Arqueólogos Portugueses, instituição que desde muito cedo militou de forma empenhada pela preservação da arte do Côa, entendi que seria oportuno contribuir com o texto que se segue, o qual foi originalmente redigido no Verão de 2002 e corresponde à versão para actas de uma comunicação apresentada em 16 de Outubro de 2001 a um curso sobre arte rupestre organizado pela sede de A Coruña da UNED. Tendo permanecido inédito, o texto contém elementos de reflexão que, embora produzidos “a quente”, na ressaca das decisões sobre a reorganiza-
ção da administração do património arqueológico tomadas pelo governo saído das eleições de Março de 2002, não perderam, no essencial, actualidade. Aqui o deixo, sem qualquer modificação, tal qual o escrevi há cinco anos, na esperança de que possa vir a ter alguma utilidade para a reflexão colectiva, profissional e cidadã, sobre aquele que foi sem dúvida o acontecimento de maior relevância na arqueologia portuguesa do século XX: a descoberta e sal-
vaguarda da arte rupestre do vale do Côa.

Lisboa, 1 de Junho de 2007

2. O monumento

O rio Côa é o primeiro grande afluente da margem esquerda do Douro em território português. Corre de sul para norte, atravessando terrenos graníti-
cos em que se encaixa profundamente e que correspon-
dem ao extremo ocidental da Meseta norte. Nos



Figura 1 - Vista do vale do Côa desde o monte de São Gabriel sobre a Quinta da Ervamoira, entre Penascosa e Ribeira de Piscos (foto CNART).

últimos 12 km (Fig. 1), porém, o substrato é constituído por xistos fracturados segundo planos verticais cujos afloramentos disponibilizam painéis de superfície minera-
lizada e resistente à erosão, “prontos a gravar”, sobre os quais foram sendo acumuladas, ao longo de muitos milénios, as representações rupestres que constituem os diferentes ciclos artísticos representados no vale: pa-
leolítico, neo-calcolítico, da Idade do Ferro, moderno e contemporâneo. Do ponto de vista geográfico, esta região do baixo Côa, com o seu clima mediterrânico muito seco, pertence ao Alto Douro, onde, nas últimas décadas, aproveitando os acentuados gradientes topográficos, se desenvolveram extensos aproveita-
mentos hidroeléctricos. Em consequência, uma parte significativa do curso terminal do próprio Côa encontra-se submergida, desde 1983, data de conclusão da construção da barragem do Pocinho, localizada no Douro, cerca de 8 km a jusante da confluência entre os dois rios.

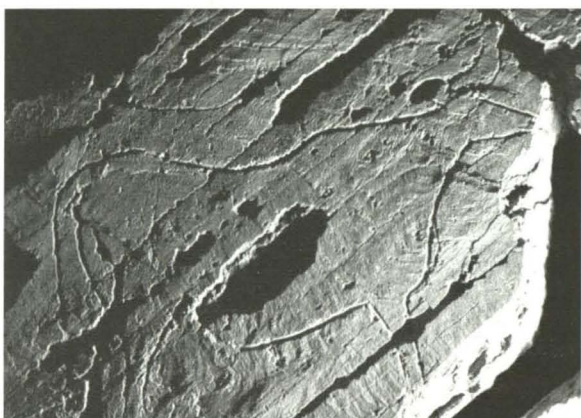


Figura 2 - Auroque da Rocha II da Canada do Inferno (foto CNART).



Figura 3 - Cavalo da Rocha 14 da Canada do Inferno (foto CNART).

No Côa e nas vertentes adjacentes da margem esquerda do Douro conhecem-se actualmente, distribuídos ao longo de cerca de 17 km, 22 conjuntos de rochas gravadas (Baptista 1983, 1999, 2001; Baptista e Gomes 1995; Zilhão 1997, 1998; Zilhão et al. 1997, 1998-99). 15 destes conjuntos, correspondendo a um total de rochas gravadas que, até meados de 1997, era de 194, possuem painéis com arte paleolítica. Admitindo que, destas 194 rochas, cerca de 80% conterão motivos paleolíticos, percentagem que é a que se apurou para a Canada do Inferno, pode estimar-se em cerca de 150 o número de painéis paleolíticos conhecidos no vale do Côa até 1997. Deve ter-se em conta, porém, que só na Ribeira de Piscos e na Penascosa,

que foram já objecto de alguma prospecção sistemática visando a detecção de gravuras filiformes (as quais, quando patinadas ou cobertas de líquenes, são muito difíceis de detectar à luz do dia), é que os números conhecidos podem ser considerados próximos da realidade. Nesses dois sítios, as prospecções realizadas à noite mais do que duplicaram os inventários.

Na Canada do Inferno, a média de representações paleolíticas de animais figuradas em cada conjunto é, para os já decalcados, de 7 por rocha; na Penascosa, essa média é de 8,5. Aplicando qualquer um destes multiplicadores aos 150 painéis acima referidos, obtém-se um valor superior ao milhar para a quantidade de zoomorfos paleolíticos existente nas rochas inventariadas. Também este número, porém, é um valor mínimo, tanto mais quanto se tenha em conta que só mais recentemente é que começou o decalque dos complexos palimpsestos de Quinta da Barca e de Fariseu, onde há painéis que só à sua conta contêm muitas dezenas de figuras cada. Por outro lado, não pode nunca esquecer-se que os 17 km de paisagem artística paleolítica que o abandono da barragem de Foz Côa permitiu preservar para a posteridade não são senão a ponta do icebergue. Diversos e mutuamente concordantes testemunhos de populares sugerem, com efeito, que essa paisagem se estendia originalmente por todo o curso do Douro entre Pocinho e Barca d'Alva, antes da submersão das respectivas margens pelas albufeiras criadas no rio ao longo da segunda metade do século XX.

As espécies mais comuns na arte paleolítica do vale do Côa são os auroques (Fig. 2), os cavalos (Fig. 3), as cabras (Fig. 4), e os veados (Fig. 5). A não representação dos animais de clima frio que, por vezes, ocorrem nas grutas da região franco-cantábrica não pode de forma alguma ser considerada como uma anomalia. Na Península Ibérica do Paleolítico Superior, com efeito, bisontes, rinocerontes lanígeros, renas ou mamutes são

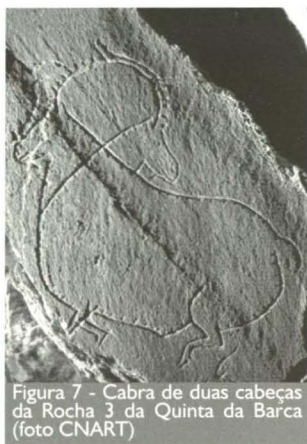


Figura 4 - Cabra-montês da Rocha 5B da Penascosa (foto CNART)

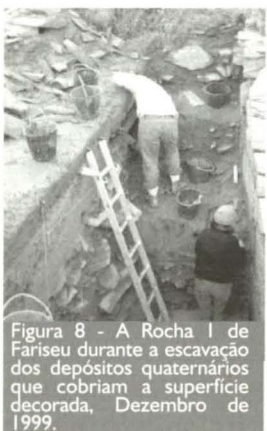


Figura 5 - Veado da Rocha I de Vale de Cabrões (foto CNART)

desconhecidos a sul da cordilheira cantabro-pirenaica. Para a execução das representações, os artistas paleolíticos do Côa recorreram ao picotado, à incisão filiforme, ao sulco abradido, e à raspagem, verificando-se por vezes a ocorrência combinada de duas ou mais destas técnicas para a execução de uma mesma figura. No caso da Faia, foi possível identificar restos de pintura a vermelho funcionalmente relacionados com a representação gravada de grandes auroques. É possível, portanto, que, originalmente, as figuras do Côa, que chegaram até nós como simples petróglifos, tenham estado tratadas cromaticamente, pelo menos em parte.



Do ponto de vista estético e estilístico, a arte paleolítica do Côa apresenta com frequência uma característica particular, desconhecida na arte parietal franco-cantábrica: a associação de duas ou três cabeças ao corpo de um mesmo animal, na tentativa de transmitir a ideia de movimento. Por vezes, procurou-se representar o movimento descendente da cabeça, quando o animal se baixa para pastar, para beber ou, como na cena de acasalamento da Rocha 4 da Penascosa, para copular (Fig. 6); este tipo de animação ocorre so-



bretudo com cavalos, mas também se conhecem exemplos em que a técnica foi aplicada a auroques. Noutros casos, procurou-se representar o movimento de torção do pescoço, quando o animal se volta para trás, técnica que se aplicou quase exclusivamente a cabras (Fig. 7), embora se conheçam exemplos avulsos de veados e de auroques tratados dessa forma. O recurso a técnicas de animação está bastante bem documentado na Penascosa e na Quinta da Barca, embora também haja bons exemplos na Canada do Inferno, e parece exclusivo das figuras grandes e elaboradas.

Os núcleos artísticos mais importantes (Penascosa/Quinta da Barca e Canada do Inferno) estão situados nos afloramentos que rodeiam as duas melhores praias fluviais do troço xistoso do vale. Parece difícil de evitar, assim, a conclusão de que, apesar de numa fase erosiva do final do Plistocénico ou do início do Holocénico ter destruído os vestígios de eventuais acampamentos, se trata, nestes casos, de uma arte relacionada com o habitat. Esta interpretação é confirmada pela descoberta, em Dezembro de 1999, do conjunto enterrado do Fariseu, onde painéis profusamente decorados de estilo paleolítico (Figs. 8-9) se encontram cobertos por níveis arqueológicos contendo ocupações do Gravettense e do Proto-Solutrense.

Há também figuras de grande dimensão, como os três auroques com cerca de 2 m que decoram o primeiro afloramento de tamanho apropriado que surge no Côa quando, ao viajar em direcção à foz, passada a confluência com a ribeira de Piscos, se penetra no canhão terminal. Dada a inclinação da vertente, estas figuras não podiam ser vistas de perto, pelo que parece inevitável concluir que se tratará, nestes casos, de marcadores territoriais cujo significado exacto (sinalização de caminhos, delimitação de fronteiras, indicação simbólica dos recursos económicos existentes ou do modo como a sua exploração deveria ser executada, etc.) permanece, pelo menos por enquanto, inacessível.

Inversamente, há figuras de pequena dimensão, geralmente filiformes, dispersas sem ordem aparente pelas encostas, decorando de modo quase indiscriminado os diversos afloramentos nelas existentes. O seu tamanho e posicionamento sugerem uma relação com comportamentos menos públicos do que os testemunhados pelas duas categorias anteriores. Do ponto de vista estilístico, enquanto as grandes figuras picotadas parecem ter sido executadas na sua quase totalidade durante o Gravettense ou o Solutrense, as pequenas figuras filiformes, por vezes preenchidas com gravado

estriado, parecem ser quase sempre do Magdalenense.

A ocupação humana do vale ao longo de todo o Paleolítico Superior está documentada de forma independente pela descoberta e escavação de mais de uma vintena de contextos de habitat característicos e bem conservados (Aubry 1998, 2001; Aubry e Baptista 2000; Aubry et al. 2002; Mercier et al. 2001; Zilhão 1997; Zilhão et al. 1997, 1998-99). A datação TL de quartzos e quartzitos queimados recolhidos em lareiras permitiu confirmar as cronologias entre o Gravettense antigo e o Magdalenense final inicialmente inferidas a partir das características técnicas e tipológicas dos conjuntos líticos. No nível gravettense do sítio de habitat de Olga Grande 4, com uma cronologia TL de $28\,700 \pm 1\,800$ BP (isto é, equivalente a uma datação de radiocarbono de cerca de 25 000 BP), recolheram-se, aliás, testemunhos directamente relacionados com as actividades artísticas documentadas no vale. A análise funcional em “teste cego” de dois utensílios de quartzito (picos triédricos) comprovou que se tratava de objectos utilizados para picotar as paredes de xisto gravadas, facto tanto mais significativo quanto o sítio se encontra implantado no maciço granítico que enquadra os xistos cortados pelo baixo Côa. O nível forneceu também restos de colorantes, reforçando a ideia de que gravura e pintura se deviam associar de forma generalizada, embora essa associação se tenha perdido por razões tafonómicas (excepto no já referido caso único representado pelo painel de grandes cabeças de auroque da Faia).

A análise petrográfica dos restos líticos (utensílios, resíduos de talhe, material de enchimento de lareiras, etc.) recolhidos nestas jazidas, prova, por outro lado, a existência de redes de troca e circulação de indivíduos, ideias, matérias-primas e objectos envolvendo grandes distâncias. O sílex, por exemplo, não existe na região, e a sua origem pôde em certos casos ser retrçada até afloramentos terciários do litoral português situados a mais de 200 km de distância; noutros casos, as redes estendem-se na direcção oposta, para o interior da Península. A extensão geográfica destas redes de relacionamento torna compreensíveis os paralelismos estilísticos entre a arte paleolítica do Côa e a das regiões vizinhas, tanto mediterrânicas (Provença, Languedoc, Valencia, Andaluzia) como atlânticas (Astúrias, Cantábria, País Basco, Aquitânia).

A descoberta da arte do Côa tem assim uma importância científica só comparável à da descoberta de Altamira (Bahn 1995). Embora precedida de outros achados, isolados (como Mazouco, Piedras Blancas ou

Fornols-Haut) ou formando concentrações importantes (como Domingo García ou Siega Verde), e tenha entretanto sido seguida, tanto em território português — Sampaio, Pousadouro, Fraga Escrevida, Ribeira da Sardinha, Ocreza (Zilhão 2001) — como espanhol — Cheles, no Guadiana (Collado 2001), Arroyo del Manzano, Toledo (Jordá et al. 1999) — de novas descobertas do mesmo tipo, que progressivamente vêm alargando a extensão do fenómeno a toda a Península, foi a descoberta do Côa que, pela sua dimensão e repercussão, acabou por se identificar com a autêntica revolução copernicana no entendimento do significado da mais antiga arte produzida pela Humanidade que essas primeiras descobertas vinham anunciando. Longe de ser a manifestação iconográfica de um comportamento de matriz exclusivamente religiosa, ligado às profundezas da terra e confinado às grutas, como se pensou durante mais de um século, da extensão, da quantidade e da qualidade da arte do Côa resultava necessariamente que a arte paleolítica teria sido executada predominantemente ao ar livre, abrangendo todo o território utilizado pelos caçadores paleolíticos e marcando as paisagens de outrora com conteúdos simbólicos. Por outro lado, a variação observada quanto às dimensões, à implantação e aos suportes sugere que, à semelhança do que tem sido documentado entre os caçadores-recolectores do presente etnográfico, a arte paleolítica devia igualmente ser portadora de uma multiplicidade de significados distintos. Tal como a arte do presente, a arte do Paleolítico só poderá ser adequadamente compreendida admitindo que se trata da expressão gráfica de ideias cujo fundamento tanto pode ter residido no plano económico como nos planos social, ideológico ou psicológico. O que implica, contra o que tem sido a tendência dominante na história da investigação, abandonar a busca redutora de explicações únicas e universais (arte religiosa, arte totémica, arte pela arte, arte xamanística, etc.) para um fenómeno que certamente foi muito complexo.

3. Protecção legal

No plano legal, as diversas acções levadas a cabo no primeiro quinquénio de vida do Parque, entre 1996 e 2000, foram enquadradas por uma série de diplomas entre os quais avultam:

a Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/96, publicada no Diário da República de 17 de Janeiro, pela qual se formalizava a suspensão da obra;

a Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/96, publicada no Diário da República de 16 de Abril, pela qual se criava o programa PROCOA, com o objectivo de promover o investimento na região, definindo o turismo cultural em torno do património histórico e arqueológico como aposta estratégica para o desenvolvimento dos municípios limítrofes;

o Decreto-Lei n.º 117/97, publicado no Diário da República de 14 de Maio, que cria o Instituto Português de Arqueologia (IPA) enquanto direcção-geral do Ministério da Cultura encarregada da gestão do património arqueológico português, e o Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) como direcção de serviços do IPA dotada de estrutura administrativa e quadro de pessoal próprios;

o Decreto-Lei n.º 32/97, publicado no Diário da República de 2 de Julho, que classifica como Monumento Nacional o conjunto dos “Sítios Arqueológicos no Vale do Rio Côa”, entre os quais se incluem, além dos núcleos de arte rupestre identificados até então, sítios de habitat paleolíticos (Cardina/Salto do Boi) e estações de época mais recente (conjunto romano da Quinta da Ervamoira);

o Decreto-Lei n.º 50/99, publicado no Diário da República de 16 de Fevereiro, que suspende por um prazo de dois anos, enquanto é elaborado o Plano de Ordenamento, a aplicação dos Planos Directores Municipais na área do PAVC e sujeita esta última às medidas preventivas da Lei dos Solos.

A pedra de fecho do edifício de protecção jurídica da arte rupestre do Côa foi a inclusão da parte mais significativa do Monumento Nacional criado pelo Decreto-Lei n.º 32/97 — a arte rupestre pré-histórica — na Lista do Património Mundial da UNESCO. A candidatura foi apresentada pelo governo português em 24 de Junho de 1997, e viria a ser favoravelmente acolhida na reunião de Kyoto do respectivo Comité, em 2 de Dezembro de 1998, com base nos seguintes critérios:

Critério i:

The Upper Palaeolithic rock-art of the Côa valley is an outstanding example of the sudden flowering of creative genius at the dawn of human cultural development.

Critério iii:

The Côa valley rock art throws light on the social, economic, and spiritual life of the early ancestor of humankind in a wholly exceptional manner.

Este quadro de instrumentos legais de protecção consagra a irreversibilidade do abandono da barragem e garante a preservação do conjunto para efeitos de investigação e de usufruto pelo público. A aquisição em bloco dos terrenos em que se localizam os sítios arqueológicos e os conjuntos artísticos abrangidos pela classificação como Monumento Nacional está actualmente em fase de negociação com os respectivos proprietários. Pretende-se com essa aquisição dotar o Estado dos meios para assegurar de forma efectiva a aplicação do Plano de Ordenamento da área a proteger, a qual tem um perímetro de 86,5 km e corresponde a uma superfície de 208 km².

Esse Plano de Ordenamento deverá definir as regras a que obedecerá a exploração científica e económica do património do Parque de forma a que não seja posta em causa a conservação duradoura das gravuras, das rochas que lhes servem de suporte, e da paisagem que as enquadra e lhes dá significado. A sua elaboração, que começou a ser preparada logo em 1996, através de um protocolo de colaboração para o efeito estabelecido com o Instituto de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro, foi finalmente viabilizada em 2001 com a aprovação da nova “Lei de Bases” do Património Cultural (Lei n.º 107/01, publicada no Diário da República de 8 de Setembro). Nela se define, de forma explícita, pela primeira vez no ordenamento jurídico nacional, a figura de “Parque Arqueológico”, nos seguintes termos (n.ºs 4 e 5 do artigo 74.º):

“Entende-se por parque arqueológico qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, e cujo ordenamento e gestão devam ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes.

Para os efeitos do disposto no número anterior, entende-se por território envolvente o contexto natural ou artificial que influencia, estatica ou dinamicamente, o modo como o monumento, sítio ou conjunto de sítios é percebido”.

Os n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º da mesma lei dispunham ainda que “com vista a assegurar o ordenamento e a gestão dos parques arqueológicos, definidos no n.º 4 do

artigo 74.º, a administração do património arqueológico competente deve, nos termos da lei, elaborar um plano especial de ordenamento do território, designado por plano de ordenamento de parque arqueológico” e que “os objectivos, o conteúdo material e o conteúdo documental do plano referido no número anterior serão definidos na legislação de desenvolvimento”. Em cumprimento destas disposições, foi elaborado e aprovado o Decreto-Lei n.º 131/02, publicado no Diário da República de 11 de Maio.

4. Princípios do modelo de gestão

Devido à total submissão dos responsáveis pela Cultura no governo que então cessou funções ao Ministério da Indústria (e, por via deste, à EDP), a argumentação avançada em 1995 pelos defensores do projecto de criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa acabou por ter de entrar igualmente no terreno em que era colocada pelos construtores da barragem: o do “desenvolvimento” económico, sobretudo o do desenvolvimento local. Procurou-se sobretudo, neste quadro, desmontar o carácter demagógico e ilusório da ideia segundo a qual a obra potenciaria uma melhoria de vida das populações da região, e opôs-se-lhe a ideia de que a exploração turística do património cultural representado pela arte do Côa é que, essa sim, permitiria um “desenvolvimento a sério”. Houve, no entanto, alguns excessos, naturais no calor da polémica, que roçaram por vezes uma demagogia de sinal inverso, isto é, que à propaganda da barragem como o “milagre” que traria o progresso contrapunham as gravuras como sendo as verdadeiras portadoras do desejado enriquecimento da região.

Deste modo, a definição de uma estratégia para a criação do Parque passou, antes do mais, por uma recolocação da problemática ligada à preservação da arte rupestre do Côa nos seus termos correctos, hierarquizando convenientemente os diversos factores que justificavam a decisão tomada. Essa recolocação materializou-se em Memorando apresentado ao novo Ministro da Cultura em 14 de Dezembro de 1995, no qual se gizavam igualmente as linhas mestras do plano de montagem e organização do Parque Arqueológico e se definiam as respectivas metas e calendários (Zilhão 1998a). O respectivo ponto de partida foi, como não podia deixar de ser, o valor das gravuras como património nacional e mundial, devido à sua beleza, antiguidade e situação. Do ponto de vista científico, era o

facto de se tratar na sua grande maioria de figurações de época paleolítica ao ar livre que as transformava, no que diz respeito à arte rupestre, no achado do século. Era antes do mais por isso que as sugestões de “compatibilização” entre barragem e gravuras avançadas pelos promotores da obra ao longo do ano de 1995 (todas elas mais ou menos inspiradas no que se pode designar como “paradigma Assuão”) eram em primeiro lugar um profundo contra-senso. Proceder à sua remoção para um Museu ou para uma espécie de Disneylândia, ou afundá-las depois de devidamente “protegidas”, seria amputar as gravuras do Côa daquilo que verdadeiramente lhes dava valor, destruí-las na sua essência, transformando o que era um património raro numa mercadoria vulgar.

Por muito grande que fosse o interesse regional da obra, portanto, o interesse da comunidade nacional e internacional no seu conjunto teria necessariamente de se lhe sobrepor. O facto de a legislação portuguesa, à semelhança do que acontece na maioria dos países, contemplar a preservação sem condições de sítios e monumentos considerados como de importância nacional resulta de uma consciência social, que foi traduzida na lei, de que essa preservação é necessária. Entre outras funções, o património histórico desempenha nas sociedades modernas um papel insubstituível de fornecimento de elementos de tradição e de memória imprescindíveis à construção da identidade e da personalidade da cidadania. É por isso que, por definição, património que não pode ser socialmente usufruído não é património. O argumento avançado por alguns defensores da obra segundo o qual, afundando as gravuras, se estaria na realidade a contribuir para a preservação desse “património”, o único custo sendo o impedimento da sua visualização durante algumas gerações, correspondia assim, na realidade, a uma contradição nos próprios termos.

Esse argumento encontrava-se por outro lado condenado à partida por simples razões de natureza económica. Mesmo dando de barato que a submersão não causaria danos significativos às gravuras e seus suportes naturais, a reposição das condições topográficas anteriores à edificação da barragem, sem a qual a arte do Côa, mesmo após o termo do período de vida útil da obra, nunca mais poderia ser desfrutada, teria um custo elevadíssimo. Com efeito, para que de tal operação não viesse a resultar a danificação irreversível dos painéis que tivessem sobrevivido, o fundo da esvaziada albufeira teria de ser “decapado” sem recurso a meios

pesados ou mecânicos, ou seja, através da remoção cuidada, basicamente manual, de muitos milhões de metros cúbicos de lamas e detritos. Como é óbvio, a inclusão de tal operação nos cálculos custo-benefício da construção e exploração da barragem, e a imputação desses custos ao promotor da obra, fariam desta última um projecto economicamente sem sentido.

É certo que há situações em que o usufruto social de um determinado bem cultural no presente pode pôr em perigo a sua preservação futura. Os condicionamentos à respectiva fruição daí decorrentes devem ser inspirados, porém, pela mesma filosofia de garantia do direito ao usufruto social deste tipo de bens, neste caso pelo reconhecimento de que as gerações vindouras também são titulares desse direito. Aqueles que, ao longo de todo o ano de 1995, não se cansaram de invocar exemplos de remoção de originais ou de sua substituição por cópias em sítios ou monumentos estrangeiros (na sua maioria, aliás, de natureza ou importância não comparável) para justificar a solução que defendiam, estavam a incorrer, consciente ou inconscientemente, numa gritante desonestidade intelectual: é que, nos casos em que a comparação podia ser considerada pertinente, como o de Lascaux, as cópias tinham sido feitas para garantir a melhor preservação do original, não para viabilizar a sua definitiva destruição ou ocultação, como se pretendia fazer no vale do Côa!

Nas sociedades modernas, a consciência social que impõe a preservação do património artístico, cultural e histórico não tem só consequências no plano jurídico. Ela origina igualmente um grande interesse dos cidadãos pelo conhecimento directo do seu património, tornando possível que o seu usufruto constitua uma actividade económica de primeira importância, ao ponto de a dimensão dessa “indústria da memória” ser (tal como acontece com a da “indústria do entretenimento”) um importante indicador de progresso. É neste aspecto que a descoberta da arte rupestre do Côa cria uma oportunidade de desenvolvimento para o país e para a região, mas não são os benefícios económicos da sua exploração que justificam em última instância a decisão de abandonar a construção da barragem. Essa decisão teria sempre que ser tomada, independentemente dos seus custos e benefícios económicos, porque se tratava de uma questão de civilização, e porque, através da legislação que promulgara e das convenções internacionais a que aderira, era essa a obrigação moral assumida pelo Estado português para com os seus cidadãos e os do espaço europeu em que

se encontra inserido.

A definição das normas de acesso do público ao património arqueológico gerido pelo PAVC foi feita a partir destes princípios básicos. Ou seja, de que o Parque é criado tendo como prioridade primeira o estudo e conservação da arte rupestre; como prioridade segunda a disponibilização desse património ao público dentro de limites compatíveis com esses estudo e conservação; e como prioridade terceira a promoção do desenvolvimento económico da região. Em relação a este último aspecto, o modelo adoptado teve também em conta a experiência de outras regiões onde se desenvolveu um turismo de arte rupestre e de arqueologia paleolítica, como as de Les Eyzies (Périgord, França) ou Altamira/Santillana del Mar (Cantábria, Espanha). Dessa experiência resulta que o turismo cultural que nelas se pratica e que se pretendia incentivar no vale do Côa:

só pode fazer-se de forma racional e sustentada como complemento das actividades económicas tradicionais;

é um processo de longo prazo que depende em grande medida da iniciativa das próprias populações locais e não de intervenções milagrosas do poder central;

resulta num tipo de turismo em que o poder de atracção de visitantes reside na própria região como um todo, no que ela tem para oferecer ao visitante que o leve a querer fazer uma estada prolongada em zona afastada dos grandes centros urbanos, e não num turismo de passagem em busca de consumos efémeros.

Les Eyzies e Altamira são exemplos claros de como o aproveitamento dos fluxos turísticos gerados pelo património arqueológico para a promoção do nível de desenvolvimento das populações dependerá sempre muito mais da iniciativa local do que dos arqueólogos como investigadores, ou da arqueologia como departamento da administração do Estado. Por outro lado, nos casos citados, a situação presente é o resultado de muitas décadas de um processo evolutivo gradual, ao longo do qual as populações locais se foram elas próprias apercebendo do potencial económico de bens patrimoniais da importância de Altamira ou Lascaux, e em que a compatibilização de “conservacionismo” e “desenvolvimentismo” se pôde ir negociando sem rupturas dramáticas. No caso do Côa, porém, a génese do Parque Arqueológico está indissoluvelmente ligada a uma situação de grande conflitualidade política que, se por um lado permitiu, no imediato, a mobilização dos meios necessários para a montagem da respectiva infra-

estrutura em tempo recorde, criou por outro uma situação duradoura de enfrentamento. Uma vez evidente mas sempre latente, esse enfrentamento tem oposto, de um lado, a administração central, representada pelos arqueólogos e outros interesses conservacionistas, e, do outro, a administração local, dirigida por indivíduos e forças políticas que se tinham muito fortemente comprometido com a opção de continuar a obra da barragem mesmo após o reconhecimento da importância patrimonial da arte rupestre que por ela seria destruída.

Do mesmo modo, não estando ainda concluída, à época em que se tomou a decisão de abandonar a obra, a operação de compra pela EDP das parcelas que viriam a ser submergidas pela albufeira, compra que vinha sendo efectuada por somas muito superiores ao real valor de mercado dos terrenos, um número significativo de particulares viu goradas as expectativas de rendimento imediato que a construção da barragem significava. Neste aspecto, aliás, deve igualmente ter-se em conta que o abandono da obra acarretava também, para a administração local, uma perda importante de receita futura certa (e não despendida, para um dos mais pobres municípios do país), sob a forma do arrendamento que a EDP se havia comprometido a pagar anualmente. Para além de razões partidárias ou ideológicas, ligadas à prevalência, sobretudo entre os mais idosos, do conceito “desenvolvimento/progresso = grandes obras públicas”, havia assim razões económicas reais que justificavam o descontentamento e oposição ao Parque Arqueológico de uma parte significativa da população local. Embora faltem estudos inequívocos, as opiniões emitidas nos media e as movimentações públicas ocorridas ao longo do ano de 1995 indicam que, no momento em que arranca o projecto de criação do Parque, a opinião pública local se encontraria dividida sensivelmente ao meio, a opção de preservar as gravuras sendo sobretudo defendida pelos sectores mais jovens e de mais alto nível educacional.

Entre muitos outros, esta situação criava em primeiro lugar um problema de segurança, agravado pela localização remota dos principais núcleos artísticos e pelo elevado nível de curiosidade pública. Nestas circunstâncias, mais ainda do que em situações normais, a danificação dos painéis, seja pela afectação da sua integridade física seja pela aposição de grafitos, era um perigo real, como aliás correctamente sublinhava o relatório elaborado a pedido do governo português, em Janeiro de 1995, pouco mais de um mês após a

descoberta das gravuras, por um perito do ICOMOS (Jean Clottes) (Clottes 1998). Incompreensivelmente, porém, esse relatório concluía que, se os estudos geológicos por ele recomendados confirmassem que a submersão não afectaria as superfícies gravadas e seus suportes, e dadas as dificuldades em proteger eficazmente um património tão disperso, essa mesma submersão (ou seja, a construção da barragem) constituía, a longo prazo, a forma mais eficaz de defender a arte do Côa da vandalização.

Felizmente, o bom senso acabou por prevalecer, e o problema do vandalismo foi resolvido, no imediato, com a montagem de um esquema de vigilância permanente, assegurada por pessoal especializado, dos núcleos de mais fácil acesso, esquema que foi aliás implementado pela própria EDP, sob pressão dos protestos da comunidade arqueológica, logo a partir de Março de 1995. Uma vez tomada a decisão de abandonar a barragem e criar o Parque, a questão do vandalismo, sem deixar de ser devidamente considerada, foi reduzida à sua verdadeira dimensão, isto é, a de uma das componentes (por certo muito importante) de um problema mais geral de planeamento e ordenamento: o de como assegurar o usufruto pelo público da arte rupestre do Côa sem que desse mesmo usufruto pudesse resultar prejuízo para a sua conservação a longo prazo, isto é, para o seu usufruto pelas gerações vindouras.

5. Público e visitas

A solução adoptada (Fig. 10) foi a de montar um sistema de acesso condicionado, sistema que, por outro lado, se impunha quase naturalmente pelas dificuldades de acesso aos locais e pelos imperativos de preservação da paisagem envolvente, que desaconselhavam a construção ou asfaltamento de estradas e caminhos que viessem viabilizar um acesso de massas ao fundo do vale (Zilhão 1998b, 2000; Zilhão et al. 1999). Seleccionaram-se assim para abertura ao público, de entre as mais de duas dezenas de conjuntos de rochas gravadas, os três que sobressaíam pelas suas dimensões, pela qualidade das figuras, e pela espectacularidade do enquadramento paisagístico: de jusante para montante, a Canada do Inferno, a Ribeira de Piscos e o par Penascosa/Quinta da Barca (dois conjuntos situados em face um do outro, na margem direita e na margem esquerda do rio, respectivamente). Nestes três sítios, a intervenção musealizadora foi reduzida ao mínimo indispensável, em respeito pela filosofia de preservação

subjacente à decisão de criar o Parque Arqueológico: a de manter as gravuras no contexto que lhes dá significado, isto é, a de considerar que o monumento é o vale. Não foram por isso realizadas quaisquer obras de vulto nas zonas não afectadas pelas obras da barragem. O caso na Penascosa, por exemplo, apenas se recuperou um curral abandonado, com o objectivo de o fazer funcionar como abrigo para os guardas que asseguram a vigilância do local, e foram arrançados os caminhos e percursos utilizados pelos visitantes no interior da área vedada.

Por outro lado, nem todas as horas do dia são boas para a realização da visita (de manhã, por exemplo, as

gravuras da Penascosa estão à sombra, o que dificulta a sua leitura), e a compreensão imediata das figuras torna-se difícil devido ao facto de os painéis frequentemente conterem sobreposições numerosas. Estes factos levaram à decisão de tornar obrigatório o acompanhamento das visitas por guias que conheçam bem os painéis e que tenham a formação suficiente para poder ajudar o visitante a descobrir por si próprio as gravuras e para lhe dar a informação contextual (arqueológica e antropológica) necessária à sua boa leitura, única forma de assegurar uma visita compensadora. Para o efeito, os próprios serviços do Parque organizaram cursos especiais de formação, com o apoio e reconheci-

mento oficial do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Estes cursos permitiram formar o corpo de guias do Parque e ainda fornecer pessoal especializado às agências de viagens e empresas regionais de "Turismo de Aventura" que se têm vindo a desenvolver para explorar o potencial económico do património histórico e arqueológico do Douro superior.

Este aspecto é fundamental, porque o facto de se tratar de gravura e não de pintura faz com que as figuras não tenham o impacto visual imediato que têm, só para dar um exemplo, os touros de Lascaux. No caso do Côa, a fruição, tanto do ponto de vista estético como do ponto de vista intelectual, é um processo mediato, que resulta de um trabalho de descoberta gradual, em que o visitante, antes de ver, tem de aprender a ver. Este facto leva a que, para além de guiadas, as visitas sejam organizadas em grupos pequenos, com um máximo de oito pessoas, e que tenha sido imposta a regra de em cada sítio não haver nunca mais de um grupo ao mesmo tempo. A cada membro do grupo de visitantes é emprestada uma pasta contendo fichas em que cada painel é desmontado nas suas componentes, analisado e explicado, de forma gráfica e acessível, de modo a que os visitantes possam seguir, individualmente, por si próprios, as explicações do guia.

O acolhimento aos visitantes é feito em Centros de Recepção localizados na periferia do Parque: em Castelo Melhor para as visitas à Penascosa e em Muxagata

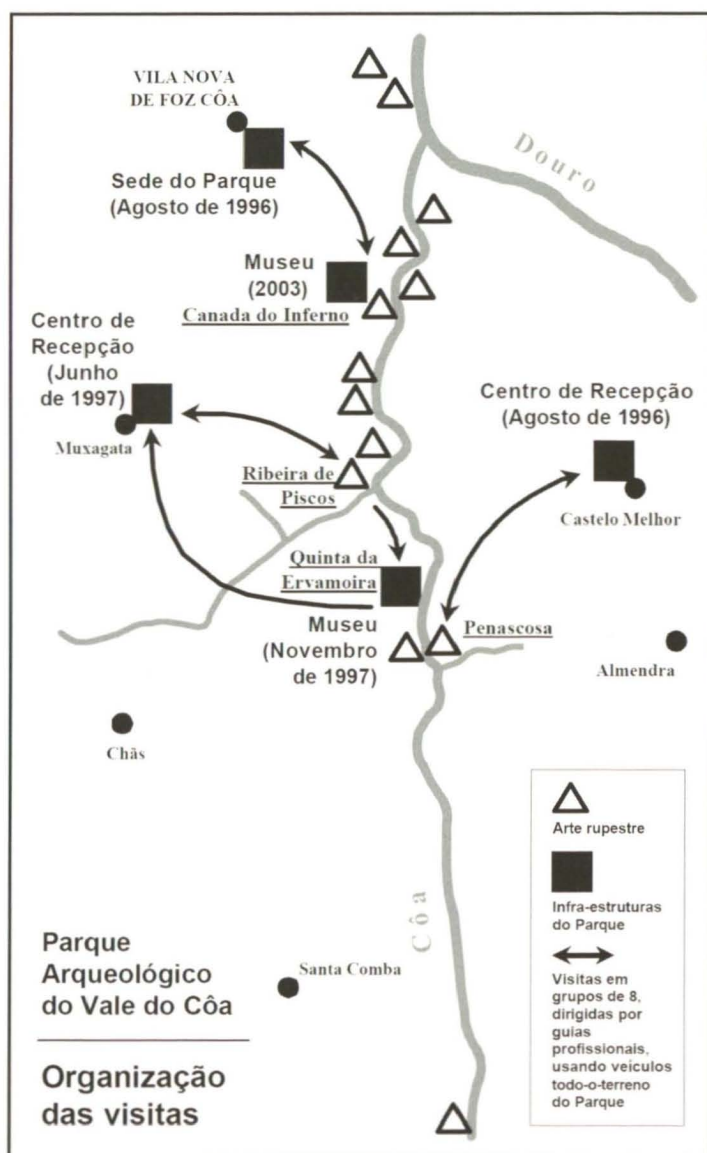


Figura 10 - Parque Arqueológico do Vale do Côa. Principais conjuntos de arte rupestre, infra-estruturas e sistema de visitas.

para as visitas à Ribeira de Piscos, funcionando a sede do Parque em Vila Nova de Foz Côa simultaneamente como Centro de Recepção para as visitas à Canada do Inferno. Estes Centros dispõem de todas as infra-estruturas necessárias: balcão de venda de bilhetes e de recordações, fornecimento de refrescos, instalações sanitárias, etc. No seu interior, os visitantes dispõem ainda de informação sobre o vale e a sua arte, seja sob a forma de exposições seja sob a forma de apresentações HTML a correr em computadores pessoais postos à disposição do público. É a partir daqui que saem as viaturas todo-o-terreno do Parque que transportam os grupos de visitantes, não sendo autorizado o acesso aos sítios de viaturas particulares. No entanto, a pedido, o Parque tem também colaborado na organização de visitas especiais de grupos que se deslocam pelos seus próprios meios quando se trata de excursões a pé, em bicicleta de montanha, ou em canoa. Estas regras têm como objectivo desencorajar o trânsito automóvel e reduzir ao mínimo o impacte poluidor da circulação de grandes quantidades de pessoas por terras remotas e de grande valor paisagístico e natural. É também em função desse objectivo que as estradas de terra batida que conduzem às gravuras foram melhoradas o suficiente para que o acesso das viaturas do PAVC se faça em condições mínimas de segurança e conforto dos passageiros, mas evitando a sua transformação em corredores de penetração indiscriminada no vale.

A determinação do número máximo de visitantes que cada sítio pode acolher diariamente decorre dos limites impostos pela combinação destes critérios com os limites físicos impostos pela geografia da região (número de horas de iluminação, duração das viagens entre os pontos de acolhimento aos visitantes e os núcleos de arte, duração da visita) e pelas leis gerais do trabalho do país (horários dos guias, etc.). O Regulamento de visitas aprovado em 2001 fixava esses limites em 32 visitantes/dia na Canada do Inferno e na Ribeira de Piscos, e em 52 visitantes/dia na Penascosa. A existência destes limites determinou a montagem de um sistema de reservas antecipadas, para obviar à frustração que sempre acontece quando um turista individual, ou uma família, pretende realizar uma visita e, após percorrer algumas centenas de km, se depara com uma situação de esgotamento das vagas. Esse sistema, aconselhado para o caso dos particulares, é obrigatório para o caso dos grandes grupos, excursões e visitas escolares.

Em Novembro de 1997 foi inaugurado o Museu de Sítio da Quinta da Ervamoira. Embora de iniciativa e

propriedade privada, este Museu está integrado no Parque Arqueológico e é visitável no âmbito de um programa alternativo oferecido pelo PAVC para o circuito da Ribeira de Piscos. Nele se apresenta ao público a arqueologia da estação romana existente na propriedade, bem como a etnografia da região, e se dão a provar e adquirir os seus produtos de alta qualidade, em particular o vinho.

O plano estratégico de desenvolvimento do Parque contemplava, desde o início, a construção de um Museu/Centro de Interpretação da arte rupestre do Côa, construção que por isso estava explicitamente contemplada na acima referida Resolução n.º 42/96, de 16 de Abril. O local escolhido para a implantação deste complexo, após ampla publicitação da ideia-base (a qual viria aliás a integrar a documentação de candidatura a património da humanidade submetida à UNESCO em 1997) era o rasgão aberto na margem esquerda do vale para receber o encosto da barragem abandonada. Esta opção permitia realizar em simultâneo a recuperação paisagística da área afectada pelo estaleiro das obras, junto aos sítios da Canada do Inferno e do Rego da Vide. Estes últimos encontram-se parcialmente submersos desde 1983, quando entrou em funcionamento a barragem do Pocinho, já no Douro, alguns km a jusante da foz do Côa. A ideia inicial contemplava também, por isso, a realização uma obra hidráulica que permitiria repor a situação original numa extensão de cerca de 1500 m, reemergindo completamente os dois sítios, que assim poderiam ser visitados como extensão ao ar livre do Museu. Com a entrada em funcionamento deste complexo, previa-se canalizar para ele a grande maioria das visitas, permanecendo em vigor (e sendo até eventualmente reforçadas) as restrições de acesso aos restantes sítios inerentes ao sistema de visita “em safari” praticado nos sítios de Penascosa e Ribeira de Piscos.

Lançado o competente concurso internacional, a elaboração do projecto foi adjudicada em finais de 1999. Retardada pelas dificuldades técnicas inerentes à solução escolhida e pela necessidade de manter os custos dentro do orçamento disponibilizado (cerca de 30 milhões de euros), que ditaram sucessivas revisões do programa inicial, a documentação correspondente ao respectivo Estudo Prévio foi apresentada em Março de 2002. A solução então apresentada conseguia manter os objectivos essenciais do projecto apesar de uma redução do volume construído e da eliminação de algumas valências (nomeadamente no que diz respeito à inclusão no complexo de alguns serviços administrativos),

ditadas pelos constrangimentos de financiamento. Pela mesma ordem de razões, a reemersão do fundo original do vale no troço imediatamente a montante era remetida para uma fase ulterior.

Desde a sua abertura formal ao público, em Agosto de 1996, o PAVC tem funcionado com a sua capacidade praticamente lotada. Com efeito, sendo o número anual máximo de visitantes decorrente das regras estabelecidas pelo Regulamento em vigor de 20-25 000, os números de visitantes efectivos têm oscilado em torno dos 18 000 por ano (ver tabela seguinte):

Visitantes do Parque Arqueológico do Vale do Côa *					
	1996-97 &	1998	1999	2000	2001
Portugueses	27 733	16 661	16 561	16 077	13 273
Estrangeiros	429	1411	1642	2262	2763
Total	28 159	18 072	18 203	18 339	16 036
* Fonte: serviços do PAVC					
& 11 de Agosto de 1996 a 31 de Dezembro de 1997					

O sucesso de público e o reconhecimento internacional que significou a classificação como Património Mundial permitiram também sarar muitas das divisões criadas na região e no país aquando da controvérsia de 1995 sobre o destino a dar à barragem entretanto abandonada. Um inquérito sociológico realizado por uma equipa da Universidade de Lisboa/ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) contém informações de grande interesse acerca do público que frequenta o Parque (Gonçalves 2001). Dado que o inquérito foi realizado no Verão (em Julho e Agosto) de 1997, do perfil obtido ficaram naturalmente excluídos os grupos escolares, que constituem uma parcela muito significativa das visitas realizadas nos meses de Outubro a Maio. Dos resultados do inquérito pode mesmo assim concluir-se que o público adulto que visita o Parque durante o período de férias do Verão:

é constituído em percentagem elevada por pessoas com formação de nível superior; 45% eram detentores de diploma universitário e outros 14% tinham frequentado o ensino superior sem o terem completado; este facto contribui certamente para explicar que cerca de 70% dos inquiridos fosse capaz de identificar correctamente, antes da visita, o período histórico a que pertenciam as gravuras (Paleolítico Superior);

é constituído em percentagem muito elevada por pessoas com hábitos prévios de visita a monumentos

do património histórico ou arqueológico; 73% já anteriormente tinha visitado outros sítios arqueológicos, na maior parte dos casos ruínas romanas, e 56% declararam ter visitado pelo menos 40 outros monumentos ao longo dos últimos três anos;

considera-se em 98% dos casos “satisfeito” com a visita, e em 64% dos casos mesmo “muito satisfeito”.

Um estudo de mercado encomendado pelos promotores de um projecto de Parque Temático sobre arte paleolítica a construir em Vila Nova de Foz Côa deu também informações de grande relevância para a compreensão da atitude da opinião pública em geral

para com o Parque Arqueológico. O estudo foi feito em Outubro de 1997, pela empresa Sigma 2, tanto em Portugal como em Espanha, e permitiu concluir que:

em ambos os países, 50% dos inquiridos declararam ter visitado recentemente (“nos últimos anos”) museus históricos ou sítios arqueológicos; 97% dos portugueses (e 17% dos es-

panhóis) sabiam da existência da arte rupestre do Côa; nas escolas secundárias, curiosamente, essas percentagens subiam para 100% em Portugal e para 41% em Espanha;

43% dos portugueses manifestavam-se “totalmente de acordo” com a decisão de abandonar a construção da barragem, 46% “parcialmente de acordo”, e apenas 11% “totalmente em desacordo”;

em média, numa escala de 1 a 5, os portugueses classificavam a importância da descoberta dos sítios do Côa em 4,03, e os espanhóis em 4,17;

essa descoberta era motivo de “grande orgulho” para 70% dos portugueses, e de “algum orgulho” para 26%.

Estes últimos valores são especialmente significativos se tivermos em conta as flutuações verificadas na opinião pública ao longo do ano de 1995, enquanto durou a controvérsia relativa à continuação ou abandono da construção da barragem de Foz Côa. Uma sondagem publicada no número de 8 de Junho de 1995 da revista Visão dava uma maioria de 55% contra 30% favorável à conservação da arte rupestre e ao consequente abandono da obra. Já depois de o novo governo ter decidido nesse sentido, porém, uma sondagem divulgada no programa televisivo Viva a Liberdade emitido a 16 de Janeiro de 1996 evidenciava uma inversão significativa das opiniões: 28% eram a

favor da medida e 39% contra, tendo a percentagem de indecisos aumentado dos 15% de sete meses antes para 33%.

O arranque do processo que conduziu a esta inversão corresponde ao da divulgação pela EDP, em princípios de Julho de 1995, dos resultados provisórios de estudos por ela encomendados a um conjunto de supostos peritos internacionais em métodos de datação absoluta de gravuras rupestres. Os resultados obtidos por dois deles (Robert Bednarik e Alan Watchman) foram utilizados pela EDP e por diversos responsáveis governamentais para pôr em causa a antiguidade e valor patrimonial da arte do Côa, por um lado, e, por outro, a competência profissional dos arqueólogos que vinham conduzindo, no campo científico, a campanha pela preservação da arte do Côa (Bednarik, 1995; Jorge 1995). Criou-se assim na opinião pública uma situação de grande confusão, que nem o grande relevo dado pelos meios de comunicação social à subsequente refutação desses estudos, no Congresso Mundial de Arte Rupestre realizado em Turim na primeira semana de Setembro de 1995, conseguiu dissipar.

Relembrar estes dados é necessário para se ter em conta que a decisão tomada pelo governo saído das eleições de 1995 não foi nem fácil, pelos custos económicos envolvidos (a indemnização paga à EDP pelo cancelamento do projecto foi de cerca de 125 milhões de euros), nem tão popular quanto se poderia supor. O conhecimento deste contexto torna claras a coragem política e a clarividência de que esse governo fez provas. Este papel crucial dos decisores políticos na salvaguarda da arte do Côa viria a ser explicitamente reconhecido pela *European Association of Archaeologists* ao galardoar em 1999 o Ministro da Cultura de Portugal, Manuel Maria Carrilho, com o seu *Archaeological Heritage Prize*, nesse ano atribuído pela primeira vez. Com efeito, só o empenhamento político ao mais alto nível neste projecto, traduzido na disponibilização de meios humanos e financeiros invulgares à escala nacional, permitiu à equipa que no terreno se encarregou da organização do Parque Arqueológico montá-lo e pô-lo em funcionamento, com todas as infra-estruturas acima descritas, num prazo inferior a dois anos e com o sucesso revelado pela reconquista de uma larga maioria de opiniões favoráveis entre o público (e não só entre o mais esclarecido ou mais interessado, como revelado pelos resultados do estudo de mercado a que acima se fez referência).

6. Futuro

Os factos acima expostos parecem à primeira vista justificar a conclusão deste balanço do projecto de criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa com uma nota de optimismo. Sendo certo que não há (ainda) razões para pessimismos, não é menos certo, porém, que alguns desenvolvimentos recentes constituem motivo sério de preocupação.

Os números de visitantes (ver tabela acima) indicam estabilização em patamares importantes, apesar do ligeiro decréscimo verificado em 2001, mostrando que o interesse pela arte do Côa não diminuiu e que, por outro lado, está em aumento constante o número de visitantes estrangeiros (na sua quase totalidade provenientes de outros países da União Europeia), que nesse ano representaram já 17% do total. Um inquérito aos visitantes realizado no mesmo ano no âmbito de uma dissertação de mestrado pelo University College de Londres (Batarda 2002) permitiu constatar não ter havido variações significativas nem nos perfis de público nem nos níveis de satisfação com a visita registados pela equipa do ISCTE no inquérito de 1997. O inquérito de 2001 incluía ainda uma questão relativa ao modo como um eventual aumento do número de visitantes poderia afectar a qualidade da visita. Significativamente, apenas 4% das respostas foram no sentido de que tal aumento não teria implicações a esse nível, contra 54% no sentido de que isso tornaria a visita “pior” e 42% no sentido de que isso tornaria a visita “muito pior”.

Apesar da evidente satisfação do público e do aplauso unânime de todos os especialistas em conservação e gestão de sítios arqueológicos que por diversas vezes foram chamados a emitir opinião sobre o tema (duas Comissões de Peritos internacionais diferentes, em 1997; o Comité do Património Mundial da UNESCO em 1997 e 1998; uma reunião internacional de gestores dos sítios de arte rupestre na lista do património mundial realizada em Foz Côa em 1999 — Stanley-Price 2000), não têm cessado de aumentar as pressões sobre o Parque, sobretudo desde a mudança de governo ocorrida em Março de 2002, para que o sistema de visitas seja “liberalizado”. Embora não formalizadas a nível oficial, essas pretensões são recorrentes nos discursos dos responsáveis pela administração local e em opiniões avulsas de que a imprensa regional periodicamente se faz eco. Basicamente, pede-se o asfaltamento das estradas para permitir o acesso irrestrito de viaturas particulares ao fundo do vale, a substituição do sistema

de acesso controlado, com acompanhamento, por um sistema de acesso livre ou, no mínimo, um aumento drástico do número de visitas e de visitantes e sua organização pela iniciativa privada local, não pelo Parque. Subjacente a este discurso está muitas vezes a argumentação, implícita ou explícita, de que o abandono da barragem representou uma perda económica significativa para a região, perda que teria de ser compensada pela maximização da exploração comercial da arte rupestre do vale.

Muitas vezes, porém, as críticas ao Parque são simplesmente o reverso da medalha dos benefícios que ao projecto trouxe a intensa politização do debate de 1995-1996 sobre a preservação da arte rupestre do Côa. Ataca-se o Parque ou aspectos da sua gestão apenas porque se é adversário do partido que ganhou as eleições de 1995 e pelo carácter emblemático de que se revestiu para essa governação a decisão de deixar de fazer a barragem para preservar as gravuras. A prevalência, sobretudo a nível local, desta lógica partidária, torna real o risco de que venham a ser viabilizadas ao nível da administração central mudanças significativas e prejudiciais no sistema de gestão do Parque por meras razões de cálculo político, sobretudo após o regresso ao governo das forças partidárias que promoviam a construção da barragem e que foram derrotadas nas eleições de 1 de Outubro de 1995. Esta possibilidade é tanto mais de ter em conta quanto uma das primeiras intenções para a área da Cultura anunciadas pelo governo eleito em Março de 2002 foi a de proceder à reconstituição de um organismo de gestão integrada do património arquitectónico e arqueológico, acabando em consequência com a administração autónoma da arqueologia criada em 1997, o IPA, do qual o PAVC depende. A concretizar-se, uma tal perda de autonomia não deixará de se repercutir de forma muito negativa na capacidade de fazer valer junto dos decisores políticos os argumentos de toda a natureza, e em particular de natureza técnica, que se opõem a qualquer cedência à estratégia (por outro lado perfeitamente suicida) de “matar a galinha dos ovos de ouro”.

Os malefícios desta lógica são já aparentes na outra intenção igualmente anunciada pelo novo governo, a de abandonar o projecto de construção do Museu/Centro de Interpretação do Parque previsto para a Canada do Inferno. Esta infra-estrutura, dimensionada para receber um máximo de 200 000 a 300 000 visitantes por ano (valor para que apontava o acima referido estudo de mercado), é um elemento essencial

para a dinamização do turismo cultural na região e para o incremento do número de visitantes do Parque tão reclamado pelas autoridades municipais e sectores afins da opinião pública local. Não deixa assim de ser curioso que tal anúncio não tenha suscitado quaisquer protestos oriundos desses quadrantes. As notícias vindas a público têm ido no sentido de que o abandono do projecto é devido a razões financeiras — a execução da obra proposta no Estudo Prévio entregue em Março de 2002 seria demasiado cara — mas, contraditoriamente, os novos limites orçamentais avançados são exactamente iguais aos antigos. Parece assim que a razão que verdadeiramente subjaz a esta mudança de planos residirá na preferência por uma localização da obra no interior do perímetro urbano, satisfazendo pretensões veiculadas a nível autárquico ou, mais prosaicamente, na exclusão do rasgo aberto na encosta do vale para receber o paredão da barragem do leque de opções de localização admissível para acolher o Museu. Sendo muitos dos ministros de 2002 repetentes do governo derrotado nas eleições de 1995, não se pode excluir, assim, que esta mudança seja antes do mais ditada pela preocupação de assegurar a manutenção em aberto da possibilidade de que, um dia mais tarde, a barragem de Foz Côa ainda possa vir a ser construída.

Um dos aspectos mais surpreendentes destes desenvolvimentos recentes é o apoio decidido que o abandono do projecto de construir o Museu do Parque na Canada do Inferno colheu junto da hierarquia do IPM (Instituto Português de Museus), o organismo do Ministério da Cultura responsável pelos museus do Estado. Em termos formais, com efeito, a decisão ministerial é tomada sob a forma de despacho favorável a uma recomendação oriunda da directora do IPM, Raquel Henriques da Silva. Datada de 28 de Maio de 2002, essa recomendação segue-se a diversas manifestações violentas de oposição ao projecto, tanto públicas como privadas, por parte dos directores de dois dos três museus de arqueologia estatais (o terceiro é o Museu Regional localizado em Braga, o qual, embora criado no papel há mais de vinte anos e já dotado de instalações e pessoal, ainda não abriu ao público): o director do Museu Nacional, em Lisboa, Luís Raposo, e o do Museu Monográfico de Conímbriga, Virgílio Hipólito Correia (Raposo 2001). Trata-se, nos dois casos, de profissionais oriundos da área da arqueologia sem qualquer formação na área da conservação ou da museologia mas que, apesar disso, não hesitaram em avocar para as suas opiniões uma autoridade técnica

(que presumivelmente entendem ser inerente à sua posição administrativa) que muito utilmente permitiu ao novo poder político fundamentar as suas decisões como baseadas na opinião dos peritos. Ironicamente, dado o balanço do IPM na área — ou seja, o facto de ser a instituição responsável pelo facto de, infelizmente, continuar a não existir em Portugal um único museu de arqueologia realmente digno desse nome — poderia aliás argumentar-se que a atitude do novo poder é perfeitamente justificada: quem melhor para sustentar que não se faça um museu que especialistas em não os fazer com tantas provas dadas na matéria?

A criação do Parque do Côa em 1996, e do IPA, em 1997, representaram uma verdadeira revolução no panorama da arqueologia portuguesa, cujos resultados estão à vista de todos. Paradoxalmente, a revelação das até então insuspeitadas forças da profissão tiveram o efeito contraproducente de durante algum tempo deixar na sombra as suas grandes debilidades. A principal, como posto de manifesto na forma contrastada como diferentes sectores da profissão reagiram ao anúncio, em Maio de 2002, das medidas do novo governo para a área da arqueologia, é o atraso na promoção a posições de responsabilidade na administração pública e no ensino superior da nova geração que maciçamente repudiou essas medidas. Essa geração, que hoje em dia corresponderá a 80% dos profissionais em actividade, foi já formada num meio em que a arqueologia se tornou uma actividade inteiramente profissional, de natureza preventiva, integrada de forma natural no planeamento urbanístico e na avaliação de impacte ambiental. Na sua esmagadora maioria, porém, esses profissionais exercem a sua actividade em empresas privadas ou instituições da administração local; nos museus, nos monumentos, na universidade, as estruturas de poder continuam a ser dominadas pela velha arqueologia, protagonizada por ex-amadores cujo entendimento da matriz científica da actividade é tendencialmente nulo e em cuja cultura profissional as questiúnculas pessoais e de carreira têm tendência a preponderar de forma absoluta sobre quaisquer outras.

Estas debilidades já existiam em 1995, e explicam o carácter muito minoritário de que, entre os arqueólogos, se revestia a oposição à barragem de Foz Côa ao longo das primeiras e difíceis semanas da campanha para salvar as gravuras. Embora, com o decorrer da campanha, se tenha acabado por conseguir uma posição de quase unanimidade no interior da profissão, essa divisão inicial ilumina de forma muito clara que a

preservação da arte do Côa se deve muito mais ao peso decisivo da opinião pública do que ao lobby da opinião técnica. A este nível, e apesar do período de incerteza, se não mesmo retrocesso que, aparentemente, se anuncia nos tempos mais próximos para a arqueologia portuguesa (e, com ela, para a arte do Côa), as ilações do estudo do ISCTE acima citado constituem motivo de encorajamento e esperança.

Lisboa, Setembro de 2002

Bibliografia

- AUBRY, Th. (1998) — Olga Grande 4: uma sequência do Paleolítico superior no planalto entre o Rio Côa e a Ribeira de Aguiar. «Revista Portuguesa de Arqueologia», 1 (1), p. 5-26.
- AUBRY, Th. (2001) — L'occupation de la basse vallée du Côa pendant le Paléolithique supérieur in, ZILHÃO, J.; AUBRY, Th.; CARVALHO, A. F. (eds.) — «Les premiers hommes modernes de la Péninsule Ibérique. Actes du Colloque de la Comissão VIII de l'UISPP, Vila Nova de Foz Côa, Outubro 1998», *Trabalhos de Arqueologia* 17, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, p. 253-273.
- AUBRY, Th.; BAPTISTA, A. M. (2000) — Une datation objective de l'art du Côa, «La Recherche», hors série n° 4, p. 54-55.
- AUBRY, Th.; MANGADO, X.; SAMPAIO, J.; SELLAMI, F. (2002) — Open-air rock-art, territories and modes of exploitation during the Upper Paleolithic in the Côa Valley (Portugal). «Antiquity», 76, p. 62-76.
- BAHN, P. (1995) — Cave art without the caves. «Antiquity», 69, p. 231-237.
- BAPTISTA, A. M. (1983) — O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa — (Vila Nova de Foz Côa). «Arqueologia», 8, p. 57-69.
- BAPTISTA, A. M. (1999) — No tempo sem tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa, Vila Nova de Foz Côa, Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- BAPTISTA, A. M. (2001) — The Quaternary Rock Art of the Côa Valley (Portugal), in ZILHÃO, J.; AUBRY, Th.; CARVALHO, A. F. (eds.) — «Les premiers hommes modernes de la Péninsule Ibérique. Actes du Colloque de la Comissão VIII de l'UISPP, Vila Nova de Foz Côa, Outubro 1998», *Trabalhos de Arqueologia* 17, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, p. 237-252.
- BAPTISTA, A. M.; GOMES, M. V. (1995) — Arte rupestre do Vale do Côa. I. Canada do Inferno. Primeiras impressões, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», 35 (4), p. 349-422.
- BATARDA, A. (2002) — Visitor Management in Rock Art Sites. Two Case Studies in Northeastern Portugal: Côa Valley and Mazouco (manuscrito).
- BEDNARIK, R. G. (1995) — The Côa petroglyphs: an obituary to the stylistic dating of Palaeolithic rock art. «Antiquity», 69, p. 877-882.
- CLOTTES, J. (1998) — Rapport sur la découverte de Foz Côa (destiné à l'UNESCO et à l'IPPAR), in CLOTTES, J. — «Voyage en Préhistoire», Paris, La Maison des Roches, p. 143-147.
- COLLADO, H. (2001) — New group of rock art sites in Spain: the petroglyphs of Manzaner Mill (Alconchel, Badajoz). «Rock Art Research», 18 (1), p. 60-61.
- GONÇALVES, M. E. (ed.) (2001) — O Caso de Foz Côa: Um Laboratório de Análise Sociopolítica, Lisboa, Edições 70.
- JORDÁ, J.; PASTOR, F. J.; RIPOLL, S. (1999) — Arte rupestre paleolítico y postpaleolítico al aire libre en los montes de Toledo occidentales (Toledo, Castilla – La Mancha, España): noticia preliminar. «Zephyrus», 52, p. 281-296.
- JORGE, V. O. (ed.) (1995) — Dossier Côa, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- RAPOSO, L. (2001) — Vale do Côa: Museu Ou Luna-parque? «Público», 21 de Novembro.
- STANLEY-PRICE, N. (2000) — Conservation and management of prehistoric sites rock art sites on the World Heritage List. A report on the Côa Valley symposium, 1999. «Conservation and Management of Archaeological Sites», 4, p. 57-58.
- MERCIER, N.; VALLADAS, H.; FROGE, L.; JORON, J.-L.; REYSS, J.-L.; AUBRY, Th. (2001) — Application de la méthode de la thermoluminescence à la datation des occupations paléolithiques de la Vallée du Côa, in ZILHÃO, J.; AUBRY, Th.; CARVALHO, A. F. (eds.) — «Les premiers hommes modernes de la Péninsule Ibérique. Actes du Colloque de la Comissão VIII de l'UISPP, Vila Nova de Foz Côa, Outubro 1998», *Trabalhos de Arqueologia* 17, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, p. 275-280.
- ZILHÃO, J. (ed.) (1997) — Arte Rupestre e Pré-história do Vale do Côa. *Trabalhos de 1995-1996. Relatório científico ao governo da República Portuguesa elaborado nos termos da resolução do Conselho de Ministros n° 4/96, de 17 de Janeiro, Lisboa, Ministério da Cultura.*
- ZILHÃO, J. (1998a) — A criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa. Princípios, acções imediatas e estratégia, in «Encontros 100 Anos de Arqueologia 'O Archeólogo Português' – Actas», Vila do Conde, Associação de Protecção ao Património Arqueológico de Vila do Conde, p. 177-182.
- ZILHÃO, J. (1998b) — The rock art of the Côa valley, Portugal. Significance, conservation and management. «Conservation and Management of Archaeological Sites», Londres, 2 (4), p. 193-206.
- ZILHÃO, J. (2000) — La puesta en valor del arte rupestre del valle del Côa (Portugal). «Trabajos de Prehistoria», 57 (2), p. 57-64.
- ZILHÃO, J. (2001) — Le Paléolithique supérieur du Portugal. Bilan quinquennal 1997-2001, in UNION INTERNATIONALE DES SCIENCES PREHISTORIQUES ET PROTO-HISTORIQUES, COMMISSION VIII — «Le Paléolithique Supérieur Européen. Bilan Quinquennal 1996-2001», Liège, Études et Recherches Archéologiques de l'Université de Liège, 97, p. 161-171.
- ZILHÃO, J.; AUBRY, Th.; CARVALHO, A. F. (1999) — L'art rupestre de la vallée du Côa. Aperçu général des problèmes de recherche et de gestion. «Anthropologie et Préhistoire», 110, p. 47-59.
- ZILHÃO, J.; AUBRY, Th.; CARVALHO, A. F.; BAPTISTA, A. M.; GOMES, M. V.; MEIRELES, J. (1997) — The Rock Art of the Côa Valley (Portugal) and its Archaeological Context. «Journal of European Archaeology», 5 (1), p. 7-49.
- ZILHÃO, J.; AUBRY, Th.; CARVALHO, A. F.; BAPTISTA, A. M.; GOMES, M. V.; MEIRELES, J. (1998-99) — Art rupestre et Archéologie de la Vallée du Côa (Portugal). Premier bilan. «Préhistoire Anthropologie Méditerranéennes», 7-8, p. 89-117.



Associação dos Arqueólogos Portugueses

